



## RESUMO DE POLÍTICAS

## Agricultura para o Desenvolvimento: As Dimensões do Género

*A concepção de muitas políticas de desenvolvimento continua a assumir de forma errada de que os agricultores e trabalhadores rurais são homens. A importância de papel das mulheres na agricultura em muitas partes do mundo deve merecer uma atenção especial urgente devido aos constrangimentos específicos ao género na comercialização e produção agrícolas. A integração do género nas políticas e programas agrícolas é fundamental para o sucesso do desenvolvimento.*

As mulheres desempenham um papel fundamental no sector da agricultura na maioria dos países do mundo, embora não reconhecido em muitos quadrantes. O não reconhecimento do papel das mulheres é extremamente oneroso – resulta em políticas e programas mal direccionados, produção agrícola sem os resultados esperados e os associados fluxos de rendimentos, elevados níveis de pobreza e a insegurança alimentar e nutricional.

Em muitas sociedades, o acesso por parte das mulheres aos recursos e a sua participação na agricultura é mediada pelos seus pais ou maridos. Como filhas ou esposas, elas fazem parte de uma teia complexa de interações que implicam tanto a cooperação bem como relações de poder, visto que os agregados familiares elaboram estratégias de subsistência para mapear o caminho rumo à erradicação da pobreza. Estas estratégias de subsistência não são adaptadas para acomodar o direito hereditário das mulheres e são responsáveis pelos constrangimentos impostos pelas falhas de mercado, falhas do Estado, normas sociais e a exposição a riscos imprevisíveis. Todos os aspectos destas estratégias possuem dimensões sobre o género, quer através do conjunto de diferenças de oportunidades e de acesso aos bens entre homens e mulheres, dos constrangimentos que os homens e mulheres operam no âmbito, ou na elaboração de políticas que definem o contexto familiar no qual a estratégia é implementada. O poder de negociação das mulheres é afectado pela sua participação na actividade económica, que depende por si só no direito que as mulheres possuem em relação aos bens (incluindo o capital humano) e o seu acesso e controlo dos bens familiares.

### As mulheres enfrentam problemas na utilização das vias disponíveis para a erradicação da pobreza.

No tentativa de sair da pobreza, os agregados familiares seguem três formas: agricultura, trabalho assalariado ou imigração. Raramente se segue como estratégia exclusiva uma única forma. No seio dos agregados familiares, os homens e as mulheres possuem oportunidades diferentes no que toca à prossecução da estratégia. As normas sociais normalmente ditam o facto de grande parte dos cuidados com as crianças, cozinha, cuidados domésticos estarem sob responsabilidade das mulheres, limitando por conseguinte a mobilidade das mulheres e o potencial de aproveitarem as novas oportunidades económicas que surgem, o que acentua as desigualdades. Uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, combinada com estas tarefas tradicionais domésticas, podem implicar dias de trabalho muito mais longos para as mulheres em relação aos homens.

Permitir que as mulheres mudem de uma produção de subsistência para uma produção orientada para o mercado é um elemento importante para o sucesso das estratégias de agricultura para o desenvolvimento. As mulheres, mais do que os homens, gastam a suas rendas com a alimentação melhorando, assim, a segurança alimentar e nutricional e especialmente o desenvolvimento das crianças. Em Guatemala, o valor gasto com a alimentação em agregados familiares cujos lucros a partir das exportações agrícolas não tradicionais foram controlados pelas mulheres foi o dobro em relação aos agregados familiares nos quais os lucros eram controlados pelos homens.

### A agricultura é a principal alternativa para as mulheres quando acompanhada por um melhor acesso aos recursos.

A agricultura é fundamental para muitas mulheres porque a sua mobilidade é limitada e por isso a imigração ou os mercados de trabalho estrangeiros não constituem opção para as mulheres. Mas o papel pode estar restringido apenas às culturas alimentares de subsistência com baixo potencial de gerar rendimentos elevados. Em comparação com os homens, as mulheres enfrentam uma série de desvantagens que variam desde os baixos salários no trabalho agrícola até à falta de acesso à terra, capital para despesas correntes, tecnologia e canais de comercialização.

**Potencial de crescimento agrícola não alcançado.** Um estudo feito na região sul do Gana constatou que a fertilidade dos solos, a segurança da posse de terra, e a participação nos mercados de crédito era inferior nas mulheres em relação aos homens. Experiências no Burkina Faso sugerem que toda a produção de culturas alimentares produzidas pelos agregados familiares poderiam ter aumentado em cerca de 6 por cento caso alguma mão-de-obra e alguns fertilizantes tivessem sido entregues em parcelas lideradas por mulheres.

**Acesso aos Recursos.** As mulheres têm menos probabilidades de serem proprietárias de terra do que os homens e normalmente estão na posse de menores parcelas do que os homens. Estas desigualdades são resultantes da legislação sobre casamento e herança que é desfavorável às mulheres, a lei de família e as normas comunitárias e o acesso desigual aos mercados. No Uganda, as mulheres são responsáveis por uma grande porção da produção mas detêm apenas 5 por cento da terra, e muitas vezes possuem direitos de uso e aproveitamento inseguros sobre a terra que elas cultivam.

Os programas de atribuição de títulos de propriedade ou de uso e aproveitamento da terra apenas serviram, em muitos países, para reforçar os direitos de propriedade da terra pelos homens, mas durante a última década, muitos países Africanos aprovaram novas leis de terra com vista a fortalecer os direitos de propriedade da terra pelas mulheres, para o reconhecimento da posse costumeira e a exigência de formas mais leves para provar a posse da terra (como por exemplo, a aceitação da prova oral). De 2003 a 2005, a Etiópia emitiu títulos de propriedade da terra para cerca de 6 milhões de agregados familiares (18 milhões de talhões), os quais abrangem o registo da transmissão, por morte, do direito sobre a terra tanto da mulher como ao homem, embora ainda restrinja as transmissibilidade comercial da terra. Mais de 80 por cento dos inquiridos durante a avaliação afirmaram que os títulos ajudaram a melhorar a situação das mulheres.

**A discriminação salarial prejudica a participação da mulher no mercado de trabalho.** As barreiras ao trespassar da terra podem ser particularmente onerosas para as mulheres. Na Índia, o produto marginal de um dia de trabalho agrícola é idêntico para homens e mulheres e situa-se nos 150 Rands. O salário diário no mercado laboral informal é, entretanto, apenas 34 Rands para as mulheres comparados com os 46 Rands para os homens. Esta discriminação no mercado laboral informal torna o arrendamento ou trespassar da terra particularmente atractivo para as mulheres.



**A Igualdade do género promove o crescimento.** Tal como acontece com a distribuição dos direitos de propriedade sobre a terra, a desigualdade é normalmente evidenciada no momento da distribuição dos direitos sobre a água, sendo os direitos das mulheres controlados pelos seus respectivos maridos. As mulheres são normalmente excluídas da construção e manutenção das obras de irrigação, uma forma comum de os utilizadores obterem direitos no esquema. E as mulheres tendem a ter menos poder nas decisões tomadas pelas associações de utilizadores de água, mesmo nos casos em que elas são membros da associação. O aumentar do acesso das mulheres à terra irrigada e à água, e o reconhecimento do seu papel como agentes da irrigação e decisoras aumentou a produtividade agrícola e fortaleceu o poder de negociação das mulheres sobre a utilização da água.

A participação das mulheres nas organizações comunitárias que gerem os recursos naturais das quais depende a agricultura melhorou a eficácia das organizações. Os resultados do inquérito a 33 programas rurais em 20 países reportaram níveis mais elevados de colaboração, solidariedade e resolução de conflitos em organizações comunitárias que incluem a mulher.

**Acesso aos mercados e aos serviços.** A agricultura desenvolvida pelas mulheres pode tornar-se comercial tendo em atenção os papéis subjacentes das mulheres. Algumas formas de ajudar neste processo incluem a melhoria do acesso das mulheres a serviços tais como a extensão rural, os financiamentos e as tecnologias tais como sementes melhoradas ou utensílios agrícolas específicos para as mulheres. Outras formas incluem a melhoria dos salários das mulheres agricultoras e a ligação das mulheres a cadeias de valores modernas das quais elas são normalmente excluídas.

O enfoque sobre mercadorias específicas pode normalmente beneficiar as mulheres. Na África Oriental, Central e Austral, aproximadamente 10 milhões de agricultores, a maioria dos quais mulheres, estão a crescer e a consumir novas variedades de feijões (*Phaseolus vulgaris*), muitas delas com grande resistência a contrariedades climáticas. A mandioca, amplamente cultivada pelas mulheres e tradicionalmente assumida como uma cultura alimentar de subsistência, está a conhecer um período de renascimento com a sua utilização a estender-se para além do campo alimentar. No Gana, a utilização sustentável da mandioca como um projecto de mercadorias industriais implantou sistemas de ligação entre os agricultores, especialmente mulheres, a novos mercados para os produtos resultantes da mandioca, tais como as suas folhas, bolos e cola de madeira.

O sector da agricultura de elevado valor que está a desenvolver-se rapidamente – em especial os canais emergentes de fornecimento global (de vegetais, fruta e flores) e a rápida expansão de supermercados nos países em vias de desenvolvimento – teve efeitos importantes sobre as mulheres. Estas actividades geram um elevado número de postos de trabalho através da produção (cerca do dobro da mão-de-obra necessária para os insumos por hectare para a produção de cereais) e mais postos de trabalho fora dos campos agrícolas, ligados ao processamento, empacotamento e comercialização. As mulheres dominam o maior número dos postos de trabalho informais, temporários e manuais no subsector agrícola, o qual é dominado pelos homens na área da gestão. O quadro regulador do trabalho é importante para garantir que as mulheres sejam protegidas tanto nas questões do salário bem como na discriminação e nos ambientes de trabalho inseguros.

## O trabalho assalariado e a imigração são alternativas fortalecidas pela educação e formação da mulher.

Embora as mulheres possam ter mais limitações em termos de mobilidade, particularmente quando elas são esposas e mães, o trabalho fora dos campos agrícolas é importante para elas e constitui cerca de 25 por cento dos postos de trabalho das mulheres adultas rurais na Ásia Oriental, Europa, Ásia Central e América Latina. Na Ásia Oriental e América Latina, as mulheres participam com maior regularidade nas actividades económicas não agrícolas rurais do que no mercado de trabalho agrícola assalariado. Contudo, no Sul da Ásia o contrario é verdade. Na região da África Sub-Sahariana, as mulheres, especialmente as mulheres pobres, confiam cada vez mais no trabalho agrícola assalariado.

As circunstâncias no Brasil apontam que os homens e mulheres rurais na faixa etária dos 20 aos 25 anos de idade têm maior probabilidade de imigrar,

sendo a taxa maior para as mulheres. As taxas de imigração estavam também favoravelmente relacionadas com os níveis de ensino. Esta situação pode ser diferente nos países mais pobres, onde as taxas de mulheres escolarizadas é ainda muito inferior em relação à dos homens.

Programas sobre o mercado laboral podem ajudar aos homens e mulheres rurais a encontrar melhores oportunidades de emprego. Um programa de enquadramento laboral para imigrantes na China empregou em actividades económicas fora da machamba cerca 200.000 trabalhadores durante seis anos. Embora as mulheres representassem apenas 25 por cento dos imigrantes, elas apresentam maior auto-estima e confiança, menores encargos laborais (no regresso para as suas zonas de origem) e maior independência económica.

## A integração do género nos programas de agricultura para o desenvolvimento.

Caso a agricultura pretenda, claramente, dar uma contribuição positiva ao desenvolvimento, as mulheres precisam de ser capazes de participar na íntegra. Esse passo exige medidas amplas em vários domínios institucionais e de políticas. Os governos vão precisar não apenas de sair em defesa das mulheres mas também de legislar e demonstrar a integração do género na governação local e nacional.

As medidas tomadas pelo governo deveriam garantir que a legislação não discrimine as mulheres em áreas tais como o direito hereditário, os salários, os direitos de propriedade, no divórcio e na contratação em geral. Um primeiro passo consiste na realização de uma auditoria às actuais leis no que toca à discriminação.

As mulheres sempre foram tradicionalmente excluídas de muitos corredores da governança, quer em grupos de utilizadores locais, organizações de produtores, conselhos locais, ou governo nacional. As mulheres precisam de ser envolvidas em níveis mais elevados em relação ao que tem sido normal – na investigação científica, nos ministérios da agricultura e ao nível do governo local. Por exemplo, as mulheres constituem apenas 18 por cento dos cientistas agrícolas Africanos. São necessárias reformas internas, incluindo a discriminação positiva para as mulheres, com vista a aumentar a representação das mulheres nos ministérios da agricultura e nos governos locais. Tais reformas devem incluir planos de actividades que estabeleçam objectivos e mecanismos específicos para um determinado período de tempo que possam garantir a prestação de contas, transparência e responsabilização. A formação para as mulheres deve atribuir-lhes os conhecimentos necessários particularmente em países onde os níveis de formação da mulher são baixos, e garantir que elas se familiarizem com as suas atribuições e competências. Na Índia, os *panchayati raj* (conselhos comunitários) reservam assentos para as mulheres e para membros de certas tribos e castas. Estudos demonstraram que reservar assentos para as mulheres aumenta os investimentos no tipo de infra-estruturas importantes para as mulheres e que os conselhos comunitários tornam-se mais eficazes quando é providenciada formação sensível às questões do género tanto para os homens bem como para as mulheres do conselho.

Para começar com as mudanças nas normas sociais, os governos precisam de padronizar boas práticas para o sector privado e para a sociedade civil. Eles deveriam garantir que os contratos entre o sector público e privado para a prestação de serviços tais como os serviços de extensão rural tenham pontos de referência e metas no tocante ao acesso das mulheres aos serviços e à participação no projecto, prevendo sanções para o caso de incumprimento. A descentralização da gestão dos recursos para os grupos de utilizadores, tais como associações de gestão de água ou comunidades de gestão de florestas deveriam exigir a participação de mulheres. Não deveriam apenas ser estabelecidas metas, mas também a prestação de contas deveria ser transparente com vista a permitir que a sociedade civil monitore o alcance das metas e consiga propor medidas correctivas, caso não se tenham registado progressos.

Os governos vão também precisar de acautelar o futuro, devido aos baixos níveis de escolarização das mulheres. Garantir um fluxo crescente de candidatas do sexo feminino bem qualificadas para cargos seniores em instituições agrícolas públicas e privadas vai necessitar de maior enfoque na educação das mulheres, incluindo incentivos tais como transferências em dinheiro para a educação das raparigas e bolsas de estudo para a formação vocacional e universitária em ciência agrárias e de políticas.

O presente resumo de políticas foi extraído do Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2008 do Banco Mundial intitulado, *Agricultura para o Desenvolvimento*. No Relatório encontram-se disponíveis mais informações de fontes detalhadas. O Relatório utiliza uma tipologia simples de países, tendo por base a contribuição da agricultura para o crescimento global entre 1990 e 2005 e a porção de pobres rurais no número total de pobres (2 USD por dia, 2002). Nos países onde a agricultura é a base da economia (a maioria dos quais em África), a agricultura contribui com uma quota significativa do crescimento global (acima de 20%). Nas economias emergentes (a maioria das quais na Ásia), os sectores não agrícolas dominam o crescimento mas uma grande maioria dos pobres encontra-se nas zonas rurais. Nos países urbanizados (grande parte dos quais na América Latina, Europa e Ásia Central), o número mais elevado de pessoas pobres encontra-se nas zonas urbanas, embora as taxas de pobreza sejam normalmente mais elevadas nas zonas rurais.